



Secretaria de
Educação

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO



Técnico em Administração

Fundamentos de Finanças Corporativas

Maria Carolina Dias Morais Silva

2013



e-Tec
Brasil



PDE | PRONATEC
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO
ENSINO TÉCNICO E EMPRESARIAL

Ministério da
Educação
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Governador do Estado de Pernambuco

Eduardo Henrique Accioly Campos

Vice-presidente da República

Michel Temer

Vice-governador do Estado de Pernambuco

João Soares Lyra Neto

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Secretário de Educação

José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira

**Secretário de Educação Profissional e
Tecnológica**

Marco Antônio de Oliveira

Secretário Executivo de Educação Profissional

Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra

Diretor de Integração das Redes

Marcelo Machado Feres

Gerente Geral de Educação Profissional

Luciane Alves Santos Pulça

Coordenação Geral de Fortalecimento

Carlos Artur de Carvalho Arêas

Gestor de Educação a Distância

George Bento Catunda

Coordenação do Curso

Morgana Leão

Coordenação de *Design* Instrucional

Diogo Galvão

Revisão de Língua Portuguesa

Letícia Garcia

Diagramação

Izabela Cavalcanti





Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
1.COMPETÊNCIA 01 CONCEITOS E DIFERENÇAS ENTRE CUSTOS, DESPESAS E INVESTIMENTOS	5
1.1 Conceitos e Terminologia em Custos	5
1.2 Custos x Despesas	9
2. COMPETÊNCIA 02 ELABORAR UM PLANO DE CONTAS DE ACORDO COM CENTRO DE CUSTOS	14
2.1 Departamentalização	14
2.2 Centros de Custos.....	15
2.2.1 Classificação dos Centros de Custos.....	16
2.3 Estudo das Contas	18
2.3.1 Plano de Contas.....	19
3.COMPETÊNCIA 03 ELABORAR UM PLANO DE VIABILIDADE FINANCEIRA PARA UM EMPREENDIMENTO	23
3.1 Fluxo de Caixa.....	23
3.2 Projeção de Custos e Investimentos	25
3.3 Análise de Indicadores	27
4. COMPETÊNCIA 04 LER E COMPREENDER INDICADORES FINANCEIROS	32
4.1 Indicadores Financeiros.....	32
4.1.1 Indicadores Financeiros de Estrutura de Capital	33
4.1.2 Indicadores de Liquidez.....	35
4.1.3 Indicadores de Rentabilidade.....	37
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	39
MINICURRÍCULO DO PROFESSOR.....	40



INTRODUÇÃO

Olá, estudante! Seja muito bem vindo (a).

Nesta disciplina, convidamos você para um diálogo sobre Fundamentos de Finanças Corporativas que tem como propósito fornecer subsídios no processo de tomada de decisão empresarial na área das finanças, ministrando uma visão ampla da dinâmica de financiamento e investimento. Ou seja, as finanças corporativas abrangem todas as decisões da empresa que tenham implicações financeiras, não importa que área funcional reivindique responsabilidade sobre ela.

Todos os dias, os administradores de empresas têm que tomar decisões a respeito de aspectos relacionados à empresa que dirigem. Muitas decisões irão solucionar um problema, outras dizem respeito ao dia a dia da empresa ou ao seu futuro imediato. Poucas são as decisões a respeito dos investimentos, ou seja, sobre onde o dinheiro deve ser aplicado hoje na expectativa de que a empresa esteja melhor no futuro. Por isso, propomos nesta disciplina que você compreenda a diferença conceitual entre gasto, investimento, custo e despesa. Muitas vezes, eles são confundidos, dificultando assim a tomada certa de decisão. É importante que você esteja apto a elaborar um plano de contas por centro de custos como também um plano de viabilidade financeira para um novo negócio ou um investimento em um empreendimento já existente e, por fim, compreender os indicadores financeiros mais utilizados na avaliação de desempenho das entidades. Com os objetivos alcançados, você se tornará um profissional distinto e requisitado para atuar na administração financeira de qualquer entidade.

Certamente, agora ficou mais claro do que trata esta disciplina e a importância na sua formação acadêmica e profissional. É nosso desejo que você aproveite ao máximo esta oportunidade ímpar de qualificação profissional na modalidade à distância e procure construir um quadro



referencial que lhe diferencie como profissional desta área. Desejo a todos uma ótima leitura e sucesso!





1.COMPETÊNCIA 01 | CONCEITOS E DIFERENÇAS ENTRE CUSTOS, DESPESAS E INVESTIMENTOS

Estamos dando início a mais uma disciplina e com ela mais um importante passo no processo de ensino-aprendizagem. É fundamental que você, caro (a) aluno (a), dedique-se ao curso, mantenha uma disciplina de estudos e sempre que necessário não exite em perguntar, ok?

Na disciplina Fundamentos de Contabilidade estudamos de forma bem sucinta o que são custos e o que são despesas, lembra? Teoricamente, a separação é fácil: os gastos relativos à administração, às vendas e aos financiamentos são despesas. Na prática, no entanto, uma série de problemas aparece pelo fato de não ser possível uma separação clara e específica. Então, nesta competência, faremos algumas considerações sobre alguns termos que serão abordados no decorrer da disciplina. Esses termos são: desembolso, gasto, investimento, custo, despesa e perda. Preparados?

1.1 Conceitos e Terminologia em Custos

Se perguntássemos qual a fórmula para se achar o lucro de uma empresa, muitos, não tendo conhecimentos técnicos em administração, economia, contabilidade, entre outras áreas, responderiam que o lucro (L) é o resultado da receita (R) descontados os seus custos (C), então $L = R - C$. Não é mesmo? Ocorre, no entanto, que o termo custo não está sendo empregado de maneira correta.

Aprendemos no momento da elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, na disciplina Fundamentos da Contabilidade, que para chegarmos ao lucro de uma empresa precisamos deduzir da receita bruta os custos dos produtos vendidos, as despesas operacionais e, se for o caso, as despesas não operacionais (perdas), lembra? Pois é, acontece que os termos gastos, custos, despesas e perdas, presentes no dia a dia das organizações, muitas vezes são



confundidos e empregados de forma errônea. Conhecer a diferença entre esses termos constitui a condição essencial ao entendimento das informações gerenciais obtidas por meio da Contabilidade de Custos. Então, vamos a eles!

Começemos pelo conceito mais abrangente: o de gasto.

1) Gasto: compra de um produto ou serviço qualquer que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).

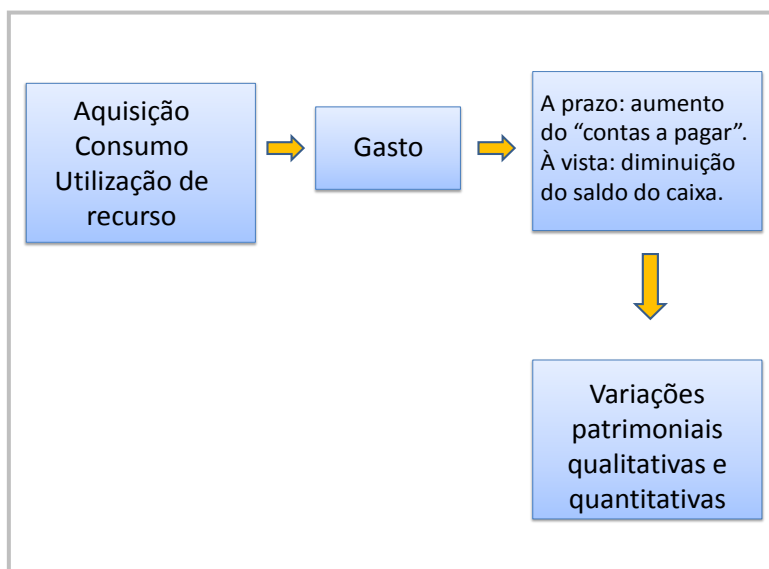


Figura 1- Gastos

Fonte: Adaptado de Yumara Vasconcelos (2013)

O conceito de gasto aplica-se a um universo de transações:

- Compra de mercadorias para revenda;
- Aquisição de imobilizado em geral;
- Contratação de diversos serviços;
- Compra de material de escritório para uso imediato, etc.

Todas essas transações representam gastos. De fato, os gastos dizem respeito à utilização ou consumo genérico de recursos (bens ou serviços).



Os gastos podem ser divididos em:

- Investimento;
- Custo;
- Despesa;
- Perda.

2) Desembolso: saída de dinheiro do caixa ou das contas bancárias das empresas, ou seja, entrega a terceiros de parte dos numerários da empresa. Os desembolsos ocorrem em virtude do pagamento de compras efetuadas à vista ou de uma obrigação assumida anteriormente.

É importante não confundir gastos com desembolso, ok?

Agora que já sabemos a diferença entre desembolso e gastos vamos nos dedicar aos diversos tipos de gastos: investimentos, despesas e custos.

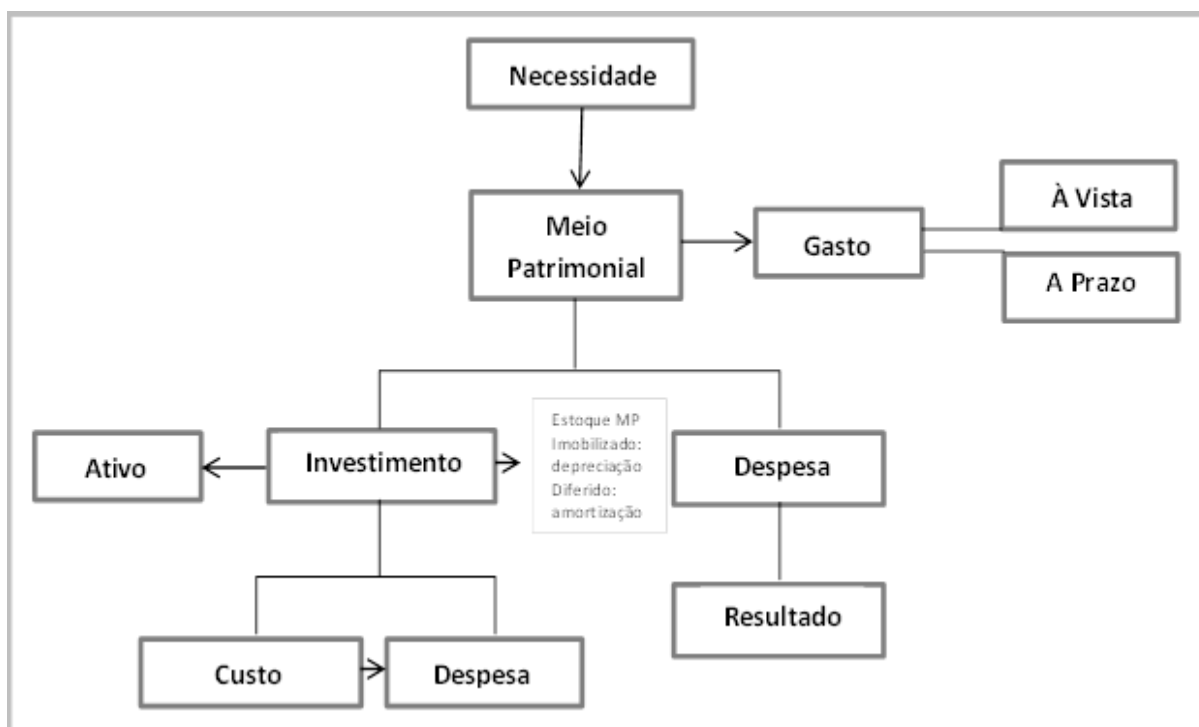


Figura 2 - Gastos x Investimentos x Custos x Despesas
Fonte: www.portaladm.adm.br/ANC/anc17.htm (2013)



Resumindo:

- **Desembolso:** saída de dinheiro (R\$).
Exemplo:
Pagamento a fornecedor, pagamento energia de elétrica.

- **Gasto:** são os bens e serviços obtidos por meio de desembolso passado, presente ou futuro.
Exemplos: matéria-prima consumida no processo produtivo, energia elétrica consumida na área da produção etc.



1) Investimento

Gasto ativado em função de sua vida útil ou benefícios atribuíveis a futuros períodos. É todo gasto ocorrido na aquisição de bens que serão estocados pela empresa até o momento da sua utilização, isto é, do seu consumo. Também são considerados investimentos os valores que a empresa gasta na aquisição de bens patrimoniais, como máquinas, equipamentos, instalações etc.

Os investimentos sofrem depreciações, ou porque se tornam obsoletos ou ainda porque se desvalorizam pelo uso, entre outras razões. São exemplos de investimentos: compra de um imóvel para utilização da empresa; aquisição de móveis e utensílios; compra de matéria-prima, que será estocada antes da sua utilização pela produção; aquisição de máquinas e equipamentos para a empresa.

2) Custo

É todo gasto que representa a aquisição de um ou mais bens ou serviços usados na produção de outros bens e/ ou serviços. É fundamental que se tenha em mente que os gastos que não se relacionam com a produção nunca poderão ser considerados custos, certo? São exemplos de custos: matéria-prima utilizada no processo produtivo; salários, encargos e benefícios sociais da mão de obra que trabalha na fábrica; aluguel da fábrica; depreciação das máquinas e equipamentos referentes à produção.

3) Despesa

É o gasto que a empresa comete para manter a estrutura organizacional e também para obter receitas. São exemplos de despesas: aluguel do escritório central; seguro do imóvel da filial de vendas; salários, encargos e benefícios sociais do pessoal administrativo; iluminação do escritório central; bonificações (leve 4 e pague 3); comissões sobre vendas.



Também é considerada despesa a **DEPRECIÇÃO** que consiste na perda de valor dos bens tangíveis da empresa. Considera-se para tanto a vida útil do bem (máquina, carro, caminhão, computador, mesas, cadeiras...). Esse valor é considerado despesa na empresa para que o resultado líquido nos relatórios seja de fato um valor coerente com a realidade. É importante salientar que imóveis como terrenos não têm taxa de depreciação definida, ocorrendo, muitas vezes, a valorização ao longo dos anos.



4) Perda

É todo gasto que a empresa faz quando um bem ou serviço é consumido de maneira anormal às atividades, como inundações, incêndios, greves, etc. Você já sabe a correta diferenciação entre custos de produção e despesas? Então, para não restar dúvidas, vamos aprender os diferentes tipos de custos e despesas.

1.2 Custos x Despesas

Já foi visto na disciplina Fundamentos da Contabilidade que contabilmente os custos integram diretamente o valor dos estoques, já as despesas são deduzidas do resultado apenas na Demonstração do Resultado do Exercício, lembra? Então, a correta diferenciação dos gastos em custos e despesas é de grande importância para a gestão de negócios, já que a contabilidade trata ambas de formas distintas.

1) Custo

De acordo com a NPC 2 do IBRACON, “Custo é a soma dos gastos incorridos e necessários para a aquisição, conversão e outros procedimentos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, e compreende todos os gastos incorridos na sua aquisição ou produção, de modo a colocá-los em condições de serem vendidos, transformados, utilizados na elaboração de produtos ou na prestação de serviços que façam parte do objeto social da entidade, ou realizados de qualquer outra forma.” Desta maneira, custo é o valor gasto com bens e serviços para a produção de outros bens e serviços.

Antes de estudar o comportamento dos custos é necessário fazer uma classificação para melhor entendimento. Vamos classificar os custos em relação aos produtos fabricados e em relação ao volume de produção.

Em relação aos produtos fabricados os custos podem ser diretos ou indiretos.



Accesse o link abaixo e saiba mais sobre a classificação dos gastos:
www.youtube.com/watch?v=z-ShV380lcs



Os custos e as despesas são contabilizados na DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) logo após a Receita Líquida. Os Custos são deduzidos da Receita Líquida para compor o Lucro Bruto ou Margem Bruta. A este resultado são deduzidas as Despesas Operacionais para se obter o Lucro Operacional ou EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization).

Competência 01



- **Custos Diretos:** Neste tipo de custo há uma forma de medição clara de seu consumo durante a fabricação. Como exemplo podemos citar as matérias-primas que farão parte integrante do produto final e a mão de obra direta (MOD) dos operários ligados diretamente à produção de certo bem ou serviço.

1º exemplo: Certa matéria prima custa R\$ 8,00/kg. Uma empresa utiliza 1,25 kg desta matéria-prima para fabricar uma unidade do produto A. Qual o custo com matéria-prima na fabricação do produto A? O Custo será achado pela multiplicação da quantidade de matéria-prima gasta na elaboração do produto pelo valor de cada kg. $\text{Custo} = 8 \times 1,25 = \text{R}\$10,00$.

2º exemplo: Uma determinada empresa gasta R\$ 7,50 por hora de trabalho com seus operários, que trabalham durante 160 horas para produzir 4000 unidades de um produto. Qual o custo desta mão de obra por unidade? Se os operários da empresa trabalham 160 horas na produção e cada hora de trabalho custa R\$ 7,50, então para fabricar as 4000 unidades teremos um gasto com mão de obra num valor total de R\$ 1.200 que divididos por 4000 unidades dá um custo com mão de obra de R\$ 0,30 por unidade do produto. Fácil, não é? Com os custos indiretos fica um pouco mais complicado, pois precisaremos fazer um rateio destes custos. A contabilidade de custos apresenta algumas formas para realização deste rateio, mas não vamos tratar aqui, pois não é objetivo do nosso estudo nesta competência. Vamos nos deter apenas ao conceito de custos indiretos, está bem?

- **Custos Indiretos de Fabricação:** São todos os custos que necessitam de alguns cálculos para serem distribuídos aos diferentes produtos fabricados pela empresa, pois são de difícil mensuração a cada produto elaborado e, além disso, é antieconômico fazê-lo. Portanto, são custos apropriados de forma indireta aos produtos. Como exemplo, podemos citar: depreciação dos equipamentos utilizados na fabricação de mais de um produto, salários dos chefes de supervisão de equipes de produção, aluguel da fábrica, materiais de pequeno valor, etc.



Vamos à classificação dos custos em função do volume de produção. Esta classificação dará ênfase às quantidades elaboradas de cada um dos produtos. Neste caso, os custos se subdividem em custos fixos e custos variáveis.

- **Custos Fixos:** São aqueles cujos valores são os mesmos, independente do volume de produção da empresa. Podemos citar, por exemplo: aluguel da fábrica, IPTU da fábrica, depreciação do imóvel, seguros da fábrica, etc.
- **Custos Variáveis:** São aqueles cujos valores se alteram em função do volume produzido, por exemplo: matéria-prima consumida, horas-extras na produção, mão de obra direta.
- **Custo Total:** O custo total, por sua vez, é o resultado do somatório dos custos fixos e variáveis da empresa ou dos custos diretos mais os custos indiretos de fabricação.

O custo total também poderá ser obtido se a empresa conhecer o seu custo variável unitário (Cvu) e as quantidades produzidas.

- **Custos Mistos:** Os custos mistos são aqueles que apresentam certa variação em função da quantidade produzida, mas também têm uma parcela fixa que ocorrerá mesmo que nada seja produzido. A título de exemplo, podemos citar: energia elétrica da fábrica, aluguel da copiadora e combustível para caldeira.

2) Despesas

As despesas são os gastos que a empresa apresenta para auferir algum rendimento, como vendas e distribuição dos produtos elaborados por ela ou até por terceiros. As despesas também se dividem em fixas e variáveis. Elas são consideradas fixas quando apresentam o mesmo valor, independente do volume de vendas, como exemplo: aluguel de um escritório de vendas, seguro do escritório, IPTU do prédio da filial, etc. Também existem algumas despesas que são classificadas como fixas apesar de não apresentarem o mesmo valor



Os custos só existem se houver a produção de um bem ou a prestação de um serviço, já as despesas existem independentemente e da produção de um bem ou da prestação de um serviço. Do ponto de vista didático, todos os gastos realizados na fabricação do produto, isto é, "dentro da fábrica" são custos. O "resto" é despesa.

Competência 01



em determinados períodos consecutivos, mas que assim são classificadas porque ocorrem antes de as quantidades vendidas sofrerem alguma alteração: gastos com publicidade e propaganda; gastos financeiros, como juros decorrentes de financiamentos; a maioria das despesas administrativas.

As despesas são consideradas variáveis quando ocorrem em função do volume de vendas, por exemplo: comissões dos vendedores, bonificações sobre vendas, frete de entrega, etc.

Porém, existem exceções representadas por despesas que podem não ocorrer em função da variação da receita. É o caso, por exemplo, do desconto de duplicatas. Os custos têm a capacidade de serem atribuídos ao produto final, despesas são de caráter geral, de difícil vinculação aos produtos obtidos.

Se ainda restar dúvida, proponho a seguinte pergunta para esclarecimento da natureza do gasto: se hipoteticamente eu eliminar este gasto a produção ou obtenção de estoques seria diretamente afetada? Se a resposta for afirmativa trata-se de um custo, pois está vinculado à produção. Caso contrário, temos uma despesa. Agora ficou fácil, não foi?



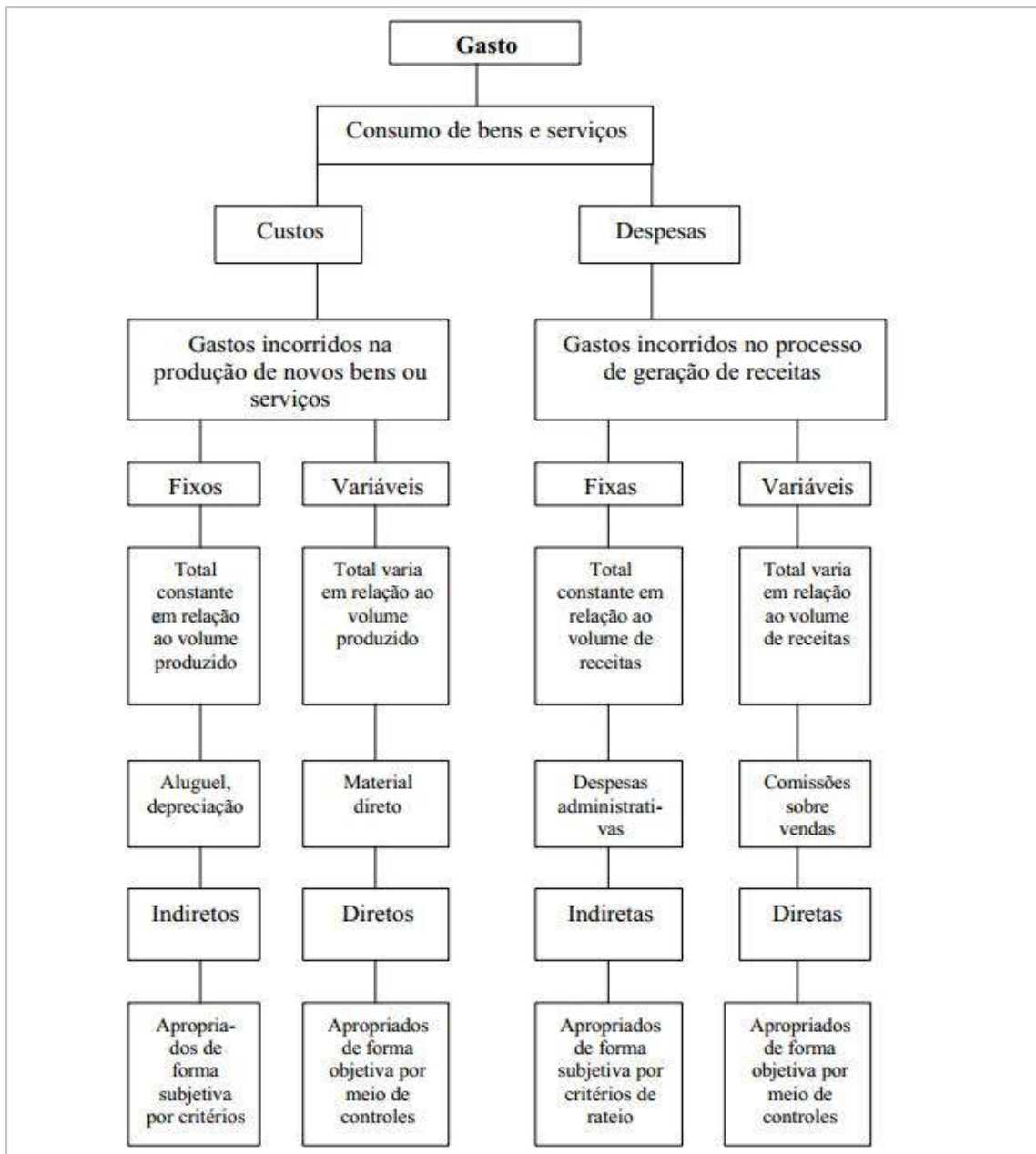


Figura 3 - Resumo da Classificação dos custos e despesas
Fonte: Perez (1999)

Estamos chegando ao final da nossa primeira competência. Acredito que o objetivo do entendimento entre o que é um gasto, custo, despesa ou investimento foi alcançado. A compreensão destes conceitos é muito importante para que possamos seguir adiante na nossa disciplina. Está preparado? Avante!



2. COMPETÊNCIA 02 | ELABORAR UM PLANO DE CONTAS DE ACORDO COM CENTRO DE CUSTOS

Com o conceito de custos bem definido, iremos abordar nesta competência a elaboração de um plano de contas com base nos centros de custos. Mas, afinal, o que é um plano de contas? O que são centros de custos? Por que elaborar um plano de contas de acordo com o centro de custos? Bem, o plano de contas em uma empresa é um assunto que deve ser tratado com bastante importância, pois este é o “esqueleto” do departamento de finanças / contabilidade. A sua elaboração a partir dos centros de custos é importante porque, no momento em que registrarmos as despesas e receitas ocorridas, iremos associar os valores envolvidos aos centros de custos que deram origem às mesmas. Desta forma, poderemos fazer balanços para cada um dos centros de custos cadastrados no plano de contas, facilitando a identificação das principais áreas geradoras de receitas e despesas ao longo do tempo. Entendido? A seguir, trataremos do assunto de forma mais detalhada e com certeza você irá ter uma melhor compreensão dele.

2.1 Departamentalização

Segundo Martins, “Departamento é a unidade mínima administrativa para a Contabilidade de Custos, representada por pessoas e máquinas (na maioria dos casos), em que se desenvolvem atividades homogêneas”. Na maioria das vezes, um Departamento é um Centro de Custos, ou seja, nele são acumulados os Custos Indiretos para posterior alocação aos produtos (Departamentos de Produção) ou a outros Departamentos (Departamentos de Serviços). Em outras situações, podem existir diversos Centros de Custos dentro de um mesmo Departamento.

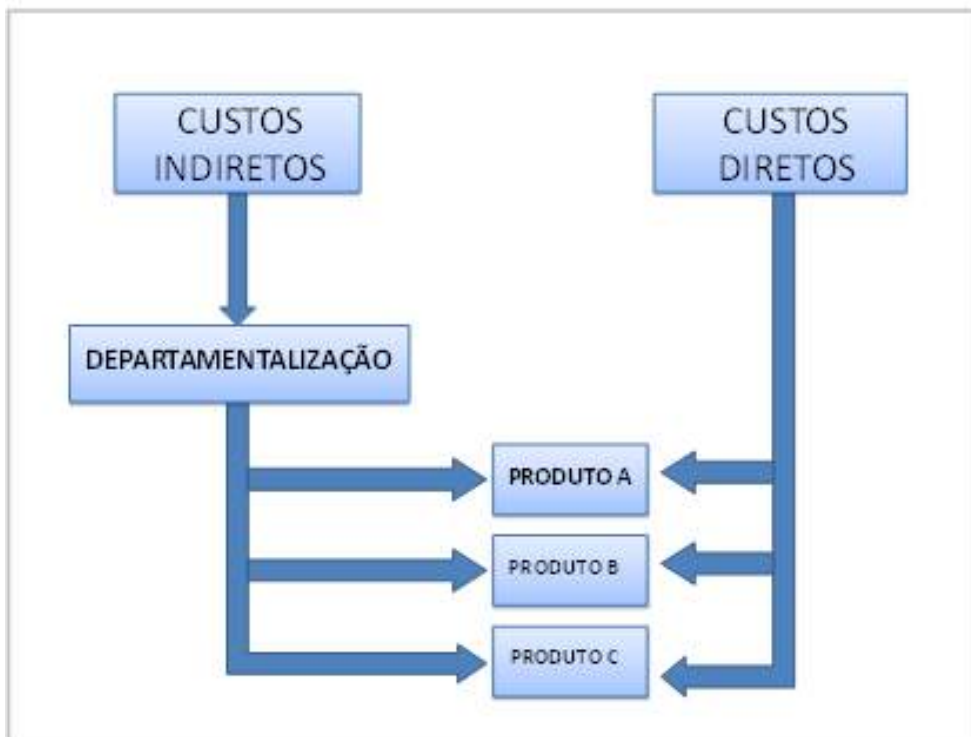


Figura 4 - Departamentalização dos Custos Indiretos
Fonte: Elaborado pela Autora



- **Departamentos** consistem em uma divisão dos setores de uma empresa.
- **Centro de Custo** consiste em uma divisão física ou administrativa do departamento dentro da empresa.

Vamos agora nos aprofundar um pouco mais no problema relativo à apropriação dos Custos Indiretos, verificando o que é um Centro de Custos e porque se faz a apropriação dos custos, ok?

2.2 Centros de Custos

Centros de custos, o que é isso? Bem, é a menor fração de atividade ou área de responsabilidade para a qual é feita a acumulação de custos. É a unidade de controle em que debitamos exatamente os custos ocorridos num determinado período, espécie por espécie, facilitando assim a alocação dos custos nos respectivos centros consumidores.

Para que possa ser caracterizado como tal, um Centro de Custos deve ter:

- a) Uma estrutura de custos homogênea;
- b) Estar concentrado num único local;



c) Oferecer condições de coleta de dados de custos.

A departamentalização se faz necessária sempre que encontramos dificuldades na apropriação dos custos indiretos. Eis as principais razões que atrapalham a apropriação dos custos indiretos aos produtos e que recomendam, portanto, inicialmente, sua departamentalização:

- a) Produção de diferentes produtos e em diferentes quantidades;
- b) Fluxos operacionais diferentes para vários produtos;
- c) Participação diferenciada dos vários produtos na utilização dos custos de cada setor.

2.2.1 Classificação dos Centros de Custos

Como já vimos anteriormente, os Centros de Custos podem coincidir com Departamentos, mas em alguns casos um departamento pode conter vários centros de custos, como um centro de custo pode ser formado por mais de um departamento. É recomendável que atividades com custos diferentes sejam executadas por centros de custos diferentes, mesmo que elas sejam realizadas por um departamento em comum. Os centros de custo classificam-se em produtivos e administrativos e, eventualmente, em auxiliares.

1) Centros de Custo Produtivo

São aqueles setores da empresa onde se processa a fabricação dos produtos, divididos por cada departamento ou processo. Exemplo: corte, costura e acabamento na indústria de confecção.

Em empresas de médio e grande porte costuma-se subdividir ainda mais algumas seções produtivas de modo a separar em vários centros de custo as máquinas ou atividades que devam ter diferentes custos hora/máquina ou hora/homem, ainda que sejam executadas operações idênticas.

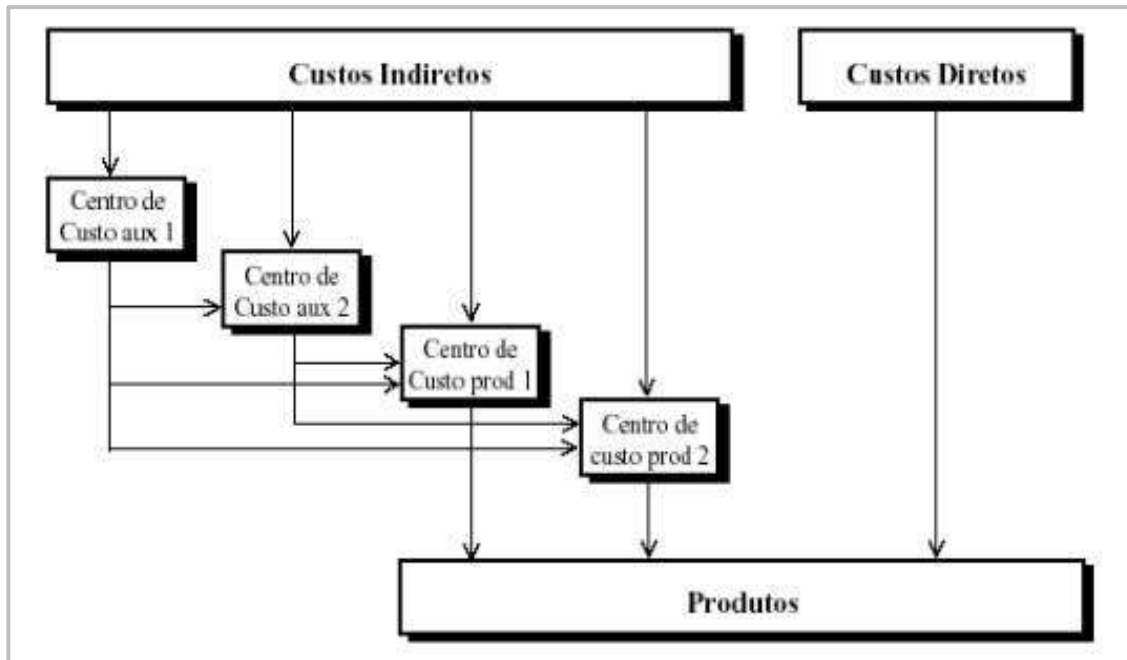


Figura 5 - Fluxo do Sistema Tradicional de Custos
Fonte: Pamplona (1993)

Podemos analisar na figura acima que os centros de custos auxiliares, de apoio ou de serviços, distribuem seus custos aos centros de custos de produção e estes, por sua vez, apropriam seus custos aos produtos por meio das bases de rateio.

2) Centros de Custo Administrativo

São os setores que executam atividades de caráter gerencial ou administrativo da empresa. Exemplos: administração geral, administração do material, expedição, vendas, filiais, etc.

3) Centro de Custos Auxiliares

São considerados como centros de custos auxiliares os centros de apoio da empresa que não executam as operações nos produtos diretamente, mas que dão sustentação aos setores dedicados à produção. Em torno dos centros produtivos, eles promovem uma assistência constante e ininterrupta à



- **Alocação** – refere-se à distribuição de recursos. A origem da palavra está associada à locação, aluguel. Mas na contabilidade de custos o termo seria correspondente ao rateio dos custos, sem a conotação negativa do termo “rateio”.

- **Rateio** – Diz respeito a uma divisão proporcional. É interessante notar que a raiz da palavra está associada a contar, calcular, pensar, estimar e julgar. Na contabilidade de custos adquiriu, nos últimos anos, uma conotação negativa, associada a um cálculo mal feito.

Fonte:
www.contabilidade-financeira.com/2011/01/rateio-e-alocacao.html



produção. São centros de custos de apoio à produção, destinados à produção de bens e serviços sem finalidade comercial.

São exemplos de centros de custos auxiliares: almoxarifados, setor de energia, manutenção industrial, etc. Os centros de custos auxiliares correspondem à parte especial da organização, não trabalhando, porém, na elaboração dos produtos ou dos serviços. Sua função consiste em atender às necessidades dos departamentos de produção ou de outros departamentos de serviços. Vejamos um exemplo de planilha de centros de custos de uma gráfica.

Exemplo Gráfica								
Tipos de Centros de Custos		Auxiliares			Produtivos			Administrativo
Centro de custos	Nº Funcionarios	Salários	Corte	Pré-Impressão	Offset 1/2 2C	Dobra	Acabamento	Administrativo
Corte	1	R\$ 1.030,00	R\$ 1.030,00					
Pré impressão	2	R\$ 2.060,00		R\$ 2.060,00				
Offset 1/2 2C	2	R\$ 3.240,00			R\$ 3.240,00			
Dobra	1	R\$ 940,00				R\$ 940,00		
Acabamento	3	R\$ 1.350,00					R\$ 1.350,00	
Administrativo	3	R\$ 2.610,00						R\$ 2.610,00
Somoa dos salários		R\$ 11.230,00	R\$ 1.030,00	R\$ 2.060,00	R\$ 3.240,00	R\$ 940,00	1350	R\$ 2.610,00
Encargos Sociais (60%)		R\$ 6.738,00	R\$ 618,00	R\$ 1.236,00	R\$ 1.944,00	R\$ 564,00	R\$ 810,00	R\$ 1.566,00
Saldo + Encargos		R\$ 17.968,00	R\$ 1.648,00	R\$ 3.296,00	R\$ 5.184,00	R\$ 1.504,00	R\$ 2.160,00	R\$ 4.176,00

Figura 6 - Exemplo de Planilha Centros de Custos

Fonte: <http://contaazul.com/blog/2013/02/planilha-centro-de-custo/> (2013)

2.3 Estudo das Contas

Antes mesmo que se possa entender o que seja um Plano de Contas, é necessário que se tenha um sólido conceito sobre conta. Esse assunto já foi estudado na disciplina Fundamentos de Contabilidade. Vamos relembrar? Uma conta pode ser debitada ou creditada. A diferença entre o débito e o crédito de uma conta chama-se saldo. O saldo de uma conta é devedor quando o débito é maior que o crédito. O saldo de uma conta é credor quando o crédito é maior que o débito. Tudo certo?



- Os **centros de custos** tiveram origem no ramo conhecido como "Contabilidade Departamental", desenvolvido pelas corporações americanas no início do século XX. Com a sofisticação da gestão corporativa, os centros de custos passaram a fazer parte de um sistema maior, conhecido como Centros de Responsabilidade. Dessa forma, além dos centros de custos, passamos a contar também com os Centros de Despesas, Centros de Investimento (no qual a divisão não é por Departamento, mas sim por Projetos, Programas, etc.), Centro de Lucros (divisão da Receita por localização geográfica, etc.). Com outras formas de gestão alternativas à Departamentalização, a "Contabilidade Departamental" passou a ser conhecida como "Contabilidade Divisional". Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_custo

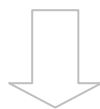


2.3.1 Plano de Contas

Plano de Contas é o conjunto de contas criado pelo contador para atender às necessidades de registro dos fatos administrativos, de forma a possibilitar a construção dos principais relatórios contábeis e atender a todos os usuários da informação contábil.

Em um plano de contas, são apresentadas as contas, título e descrição de cada uma, bem como os regulamentos e convenções que regem o uso do plano e as contas integrantes do sistema contábil da entidade. Um plano de contas nada mais é que um conjunto de determinadas contas em função de seu ramo de atividade e porte.

O Plano de Contas deve ser tão minucioso quanto seja o interesse da empresa em informações detalhadas. Não há regras que estabeleçam o número máximo ou o número mínimo de contas que deve conter um plano de contas. É preciso que se saiba, todavia, que o plano de contas deve ser suficientemente elástico a fim de permitir a inclusão de novas contas, sempre que elas se fizerem necessárias. Repetimos, o grau de detalhamento do plano de contas varia segundo o interesse do contador e da empresa levando em consideração, sempre, a necessidade de registrar todas as ocorrências na vida de uma empresa.



O que é um Plano de Contas? Acesse o link abaixo e saiba mais sobre o Plano de Contas
www.youtube.com/watch?v=NrOSk3OSca0



CONTA	NOME
1.0	Despesas com pessoal
2.0	Despesas com propaganda
3.0	Despesas Administrativas

CONTA	NOME
1.1	DESPEAS COM PESSOAL
1.2	Salário
1.3	Férias
2.0	DESPEAS COM PUBLICIDADE
2.1	Televisão
2.2	Outdoor
2.3	Panpletos

Figura 7 - Exemplo de Plano de Contas Simples X Plano de Contas Detalhado

Fonte: [http://contaazul.com/blog/2013/04/o-que-e-plano-de-contas/\(2013\)](http://contaazul.com/blog/2013/04/o-que-e-plano-de-contas/(2013))

Neste segundo modelo, temos um detalhamento muito maior, que permite um controle mais eficaz dos gastos de uma pequena e média empresa ao longo do ano.

4.1	PRODUTO A
4.1.1	Despesas com pessoal
4.1.2	Despesas com propaganda
4.1.3	Despesas Administrativas

4.2	PRODUTO B
4.2.1	Despesas com pessoal
4.2.2	Despesas com propaganda
4.2.3	Despesas Administrativas

Figura 8 - Exemplo de Plano de Contas por Centro de Custos

Fonte: [http://contaazul.com/blog/2013/04/o-que-e-plano-de-contas/\(2013\)](http://contaazul.com/blog/2013/04/o-que-e-plano-de-contas/(2013))

Competência 02



No último exemplo temos por objetivo indicar os resultados financeiros de uma empresa de maneira individualizada. Este plano de contas é muito útil quando a empresa tem mais de um tipo de serviço ou de produtos, dessa maneira você poderá analisar seus resultados ao longo do ano de forma individual.

E para finalizar mais uma competência, abaixo transcrevemos o modelo de plano de contas que contempla as operações de custeio. Apenas para fins didáticos, não detalharemos todo o plano de contas e, sim, apenas as contas de estoques e de acumulação de custos. E colocamos à disposição um vídeo sobre o assunto, ok?





CLASSIFICAÇÃO	NOMENCLATURA	ANALITICA/SINETICA	CENTROS DE CUSTOS
1	ATIVO	Sintética	Não
1.1	CIRCULANTE	Sintética	Não
1.1.4	ESTOQUES	Sintética	Não
1.1.4.01	Insumos	Analítica	Não
1.1.4.02	Produtos em elaboração	Analítica	Não
1.1.4.03	Produtos acabados	Analítica	Não
1.1.4.99	Custo de produção	Analítica	Não
	REALIZAVEL A LONGO		
1.2	PRAZO	Sintética	Não
1.3	PERMANENTE	Sintética	Não
2	PASSIVO	Sintética	Não
3	CUSTOS	Sintética	Não
3.1	CUSTOS DIRETOS	Sintética	Não
3.1.1	MATERIAIS	Sintética	Não
3.1.1.01	Matéria prima	Analítica	Sim
3.1.1.02	Materiais auxiliares	Analítica	Sim
3.1.1.99	(-) Absorção materiais	Analítica	Sim
3.1.2	MÃO DE OBRA	Sintética	Não
3.1.2.01	Salários	Analítica	Sim
3.1.2.02	Benefícios	Analítica	Sim
3.1.2.03	Encargos	Analítica	Sim
3.1.2.99	(-) Absorção mão de obra	Analítica	Sim
3.2	CUSTOS INDIRETOS	Sintética	Não
3.2.1	MÃO DE OBRA	Sintética	Não
3.2.1.01	Salários	Analítica	Sim
3.2.1.02	Benefícios	Analítica	Sim
3.2.1.03	Encargos	Analítica	Sim
3.2.1.99	(-) Absorção mão de obra	Analítica	Sim
3.2.2	GASTOS GERAIS	Sintética	Não
3.2.2.01	Energia elétrica	Analítica	Sim
3.2.2.02	Manutenção	Analítica	Sim
3.2.2.03	Depreciações / Amortizações	Analítica	Sim
3.2.2.04	Combustíveis	Analítica	Sim
3.2.2.99	(-) Absorção gastos gerais	Analítica	Sim



Definindo o Plano
de Contas e Centro
de Custos

[www.youtube.com/
watch?v=Qyf4UYYp
9v8](http://www.youtube.com/watch?v=Qyf4UYYp9v8)

Figura 9 - Plano de Contas por Centro de Custos

Fonte: www.clubedoscontadores.com.br/fotos/trabalhos/trab_358.pdf (2013)



3.COMPETÊNCIA 03 | ELABORAR UM PLANO DE VIABILIDADE FINANCEIRA PARA UM EMPREENDIMENTO

Estamos iniciando mais uma competência e com ela o estudo da viabilidade econômica e financeira de um empreendimento. Mas, afinal, o que é um Plano de Viabilidade Financeira? Bem, trata-se de uma ferramenta essencial para apoiar o empresário na decisão de ir em frente com uma ideia de criação e/ou com um projeto de investimento numa empresa já existente.

O Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira tem como objetivo ajudar o empresário a avaliar o plano de investimento a ser realizado, demonstrando a viabilidade ou inviabilidade do projeto. Para ajudar o investidor na sua decisão de investir em um projeto existem as técnicas de análise de investimento. Nesta competência, serão mostradas três técnicas de análise de investimento: Payback, Valor Presente Líquido (VPL) e Taxa Interna de Retorno (TIR). Vamos adiante!

3.1 Fluxo de Caixa

Não existe uma ordem específica para que se inicie um estudo de viabilidade financeira de um empreendimento, mas sugerimos começar pela projeção do fluxo de caixa. Você certamente já deve ter ouvido falar em fluxo de caixa, não é mesmo? Vamos aqui falar um pouco sobre ele a fim de melhorar a nossa compreensão sobre o assunto?

Trata-se de um instrumento de gestão financeira que projeta para períodos futuros todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período.

A projeção do fluxo de caixa permite a avaliação da capacidade de uma empresa gerar recursos para suprir o aumento das necessidades de capital de giro elaboradas pelo nível de atividades, e ainda remunerar os proprietários da empresa, efetuar pagamento de impostos e reembolsar fundos oriundos

Competência 03



de terceiros. Nela, indicamos não apenas o valor dos financiamentos de que a empresa necessitará para desenvolver as suas atividades, mas também quando ele será utilizado. Percebemos até agora que o fluxo de caixa olha para o futuro retratando a situação real do caixa na empresa, não podendo ser confundido com os registros contábeis que se ocupam do passado e incorporam categorias relacionadas ao patrimônio físico da empresa, como por exemplo, o Ativo Imobilizado. Entendeu?

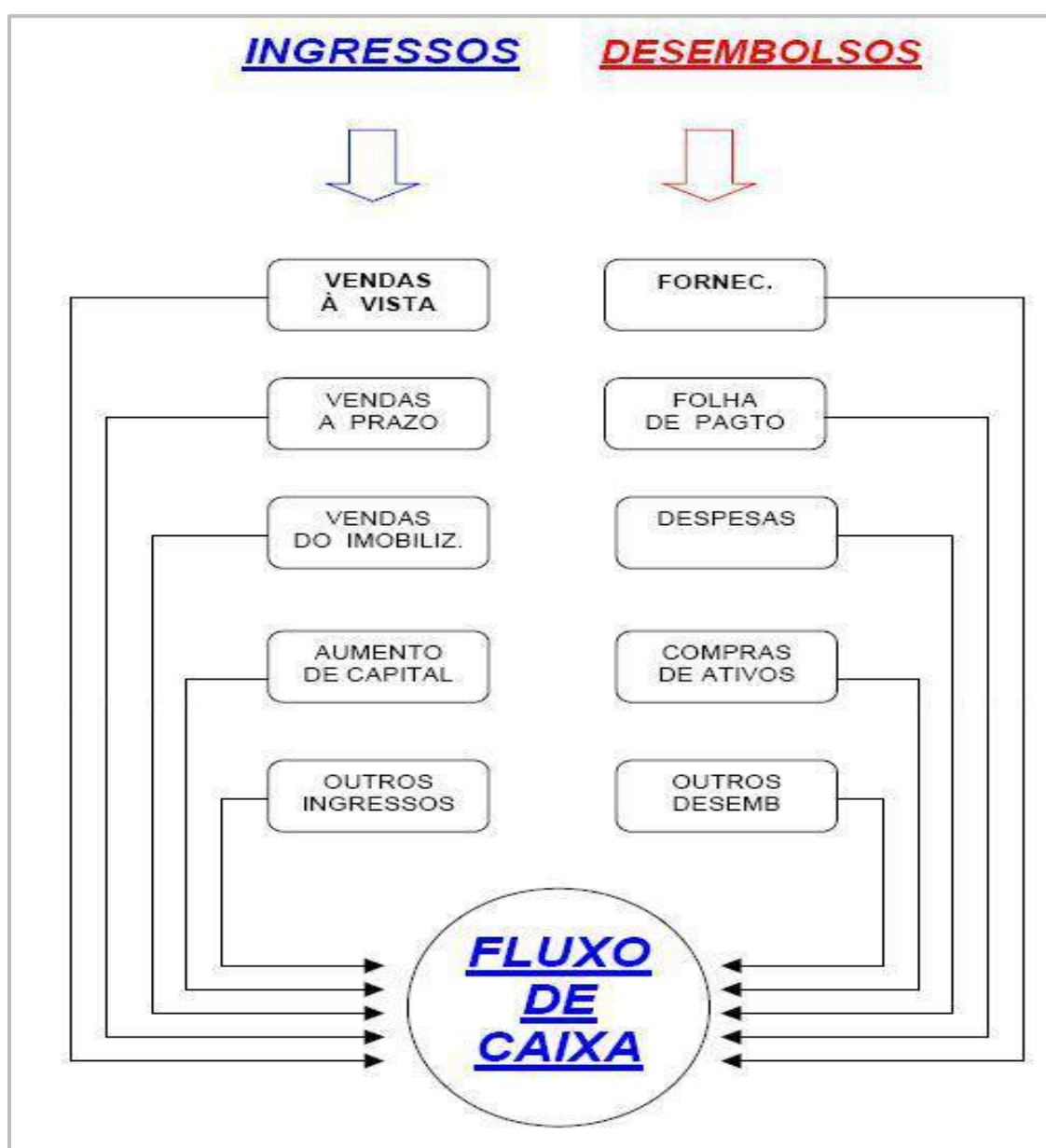


Figura 10 - Componentes do Fluxo de caixa

Fonte: www.fluxo-de-caixa.com/fluxo_de_caixa/financeiro.htm (2013)



O fluxo de caixa permite ao administrador planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros da organização para determinado período. No processo de elaboração deverão ser utilizadas técnicas gerenciais para se projetar as vendas e os custos da empresa, de forma que não existam desperdícios financeiros. Deverá, portanto, refletir com precisão a situação econômica da empresa, em termos financeiros, e deverá ser atualizado constantemente para que forneça, ao administrador, o saldo do caixa e suas disponibilidades, quando houver.

3.2 Projeção de Custos e Investimentos

Da mesma forma que foram projetadas as receitas ao longo do tempo, você deve levantar os investimentos necessários para iniciar o negócio e também os custos operacionais para que ele funcione normalmente. Isso inclui de maneira simplificada:

- Custos Fixos: aqueles que são recorrentes e previsíveis como aluguel, salários, luz.
- Custos Variáveis: aqueles que variam de acordo com a produção e as vendas como comissões, taxas.
- Impostos: caso a empresa ainda não esteja aberta, é importante ver com o contador qual seria a classificação do novo empreendimento.

Ponto de Equilíbrio Financeiro

O Ponto de Equilíbrio (PE) informa ao empresário o faturamento mensal mínimo necessário para cobrir os custos (fixos e variáveis), informação esta que muitas vezes é vital para a análise da viabilidade de um empreendimento ou da adequação da empresa em relação ao mercado. Para calcular o Ponto de Equilíbrio (PE) em reais (faturamento), faça o seguinte:

Competência 03



- Fórmula:

$$PE = \text{Custo fixo} / \text{IMC (índice da margem de contribuição)}$$

Portanto, inicialmente calcule:

- O valor total do custo fixo mensal.

$$\text{O índice da margem de contribuição (MC) = Preço de Venda (PV) - Custo da Mercadoria Vendida (CMV) - Despesas Variáveis (DV).}$$

Para calcular o índice da margem de contribuição utilize o DRE.

Modelo de Demonstrativo de Resultados – DRE

Itens	Valor	%
1 – Vendas	30.000,00	100%
2 – Custos das Mercadorias Vendidas	15.000,00	50%
3- Despesas Variáveis		
3.1 – Impostos	3.000,00	10%
3.3 – Comissões	1.500,00	5%
4 – Margem de Contribuição (1-2-3)*	10.500,00	35%
5 – Despesas fixas	7.500,00	25%
6- Lucro Líquido (4-5)	3.000,00	10%

*Índice da Margem de Contribuição: $35/100 = 0,35$



Assim, após ter em mãos as duas informações, divida o custo fixo pelo índice da margem de contribuição e terá o ponto de equilíbrio mensal da sua empresa.

$$PE (R\$) = \text{Custo fixo} / \text{IMC (Índice Margem de Contribuição)}$$

$$PE (R\$) = R\$ 7.500 / 0,35 = R\$ 21.428,57$$

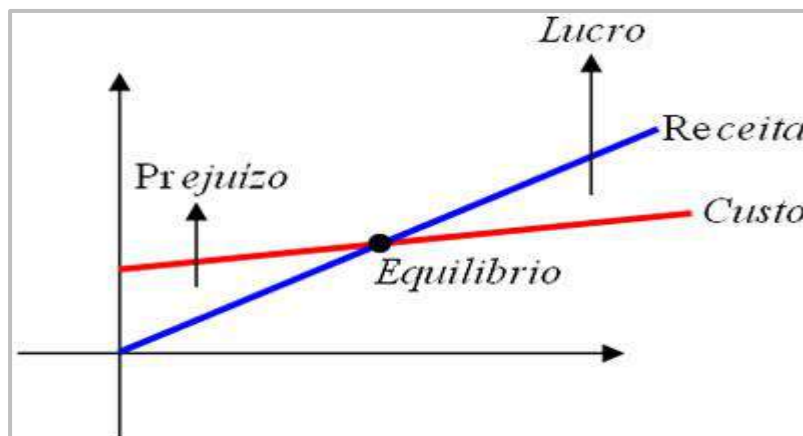


Figura 11 - Representação Gráfica do Ponto de Equilíbrio.
Fonte: www.mundoeducaçao.com (2013)



Assista ao estudo de viabilidade econômica de investimentos acessando o link:
www.youtube.com/watch?v=C4Qbb9w6u2Q

3.3 Análise de Indicadores

1) Payback

Payback, ou prazo de recuperação do investimento, é uma das técnicas de análise de investimento mais utilizadas. Esta técnica calcula o período (prazo) que o investidor irá precisar para recuperar o capital investido. Sendo o projeto considerado viável quando o prazo encontrado com o cálculo do payback for menor que o prazo desejado para a recuperação do investimento. Para o cálculo do payback dividimos o valor do investimento pela receita esperada.

Exemplo:

- ✓ Orçamento do projeto: 20.000,00

Competência 03



- ✓ Prazo do projeto: 1 ano
- ✓ Receita anual obtida com a comercialização do produto/serviço no final do projeto: 6.000,00
- ✓ Prazo desejado para recuperação do investimento: 5 anos
- ✓ Assim,
- ✓ $\text{Payback} = 20.000 \div 6.000 = 3,3$ anos

Conclusão:

Como o prazo desejado para recuperação do investimento era de 5 anos e o cálculo do Payback resultou em um prazo de 3,3 anos, o projeto é considerado viável.

O Payback também é utilizado para a escolha entre dois projetos.

Exemplo:

Consideremos o exemplo acima como sendo o projeto A.

- ✓ Orçamento do projeto B: 7.000,00
- ✓ Prazo do projeto B: 1 ano
- ✓ Receita anual obtida com a comercialização do produto/serviço no final do projeto B: 2.000,00
- ✓ Payback projeto A = como já foi calculado anteriormente, é de 3,3 anos.
- ✓ Payback projeto B = Valor do investimento \div Valor da receita esperada
- ✓ $7.000 \div 2.000 = 3,5$ anos

Conclusão:

Como o Payback do projeto A foi 3,3 anos e do projeto B foi 3,5 anos, o projeto A é considerado mais viável que o B.

Os pontos negativos do payback simples são:



Vídeo sobre a
viabilidade de
Projetos com base
no Payback.
[www.youtube.com/
watch?v=49yYcLsH5
JO](http://www.youtube.com/watch?v=49yYcLsH5JO)



- Não considerar o custo do dinheiro ao longo do tempo, isto é, não considerar os juros.
- O enfoque ser somente na variável tempo.
- Não considerar a receita após o período de recuperação do investimento.

2) Valor Presente Líquido

O valor presente líquido (VPL) de um projeto é a soma dos valores presentes de cada um dos fluxos de caixa – tanto positivos como negativos – que ocorrem ao longo da vida do projeto. A regra do valor presente líquido é uma das mais utilizadas para a tomada de decisão sobre investimentos.

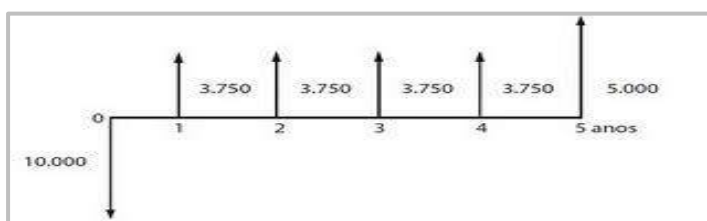
A equação geral para o método VPL é a seguinte:

$VPL = \sum_{t=0}^n \frac{FC_t}{(1+i)^t}$	t = período (anos ou meses)
	n = tempo total projeto (anos ou meses)
	i = taxa mínima de atratividade (TMA)
	FC = fluxo caixa por período

A regra para tomada de decisão sobre VPL de projetos independentes pode ser escrita:

- Se o VPL > 0 : Aceitar o projeto;
- Se o VPL < 0 : Rejeitar o projeto.

EXEMPLO: Vamos considerar um investimento em uma máquina no valor de \$10.000,00 com vida útil de cinco anos, valor residual de \$1.250,00 e cujos produtos gerarão receitas líquidas futuras anuais de \$3.750,00. Nesse exemplo, teremos o seguinte diagrama de fluxo de caixa:





No exemplo que vamos apresentar, adotaremos arbitrariamente a taxa de 15% a.a., que será considerada a taxa mínima de atratividade.

Para calcular o VPL proceda da seguinte forma:

$$VPL = \frac{F1}{(1+i)^1} + \frac{F2}{(1+i)^2} + \frac{F3}{(1+i)^3} + \frac{Fn}{(1+i)^n} - F0$$

$$VPL = 3.750,00/(1+15\%)^1 + 3.750,00/(1+15\%)^2 + 3.750,00/(1+15\%)^3 + 3.750,00/(1+15\%)^4 + 5.000,00/(1+15\%)^5 - 10.000,00$$

Como interpretar o resultado, no valor de \$3.192,05?

Simple: considerando a taxa de 15% a.a., o investimento em questão, além de reembolsar os \$10.000,00 investidos, gerou uma sobra, cujo valor presente líquido é igual a \$3.192,05.

3) Taxa Interna de Retorno

A última ferramenta de análise de investimentos a ser aprendida neste curso é a taxa interna de retorno. Também largamente utilizada nos meios financeiros, ela iguala o valor presente do somatório das receitas líquidas futuras ao valor do investimento.

Ou seja, no nosso exemplo, o somatório das receitas líquidas futuras, quando descontado a taxa interna de retorno, seria igual aos \$10.000,00 investidos.

A TIR pode ser calculada tanto por tentativa e erro como em uma calculadora financeira sofisticada ou em um computador. Como será demonstrado a seguir, o cálculo da TIR à mão não é um trabalho fácil.

Para calcular a TIR, os procedimentos são quase os mesmos utilizados no cálculo do VPL. Observe que não será necessário incluir a taxa de atratividade (Por quê?). Utilizando a função TIR, o resultado desejado será obtido.



Portanto, a TIR é a taxa que ao descontar o projeto deixa o valor presente líquido VPL= zero.

Competência 03



Vejamos a fórmula de cálculo:

$$VPL = \left(\frac{F_1}{(1 + TIR)^1} + \frac{F_2}{(1 + TIR)^2} + \dots + \frac{F_n}{(1 + TIR)^n} \right) - F_0$$

Para o cálculo da TIR você terá que “brincar” com os valores de TIR, ou seja, designe algum valor para o TIR da fórmula, caso encontre o valor positivo aumente o valor de TIR até encontrar algum valor negativo, após, realize interpolação.

O resultado do exemplo anterior é 27,3% a.a. Por esse critério, o investimento será aceito caso a TIR seja maior do que a taxa mínima de atratividade. Dessa forma, quanto maior a TIR, maior a probabilidade de um investimento ser considerado viável. No nosso exemplo, como ela é igual a 15,0% a.a., esta máquina é um ótimo negócio!



Para saber mais sobre o cálculo da taxa Interna de retorno na viabilidade do projeto acesse o link:
www.youtube.com/watch?v=AGdf7mns-eFE



Saiba mais! Parâmetros fundamentais para elaboração do Plano de Viabilidade Financeira
www.iniciativajr.com.br/noticias/os_segredos_da_analise_da_viabilidade_financeira



4. COMPETÊNCIA 04 | LER E COMPREENDER INDICADORES FINANCEIROS

Prezado (a) aluno (a), como já vimos o curso de Finanças Corporativas surge da necessidade de capacitar e auxiliar os atuais e os futuros administradores das corporações no processo de tomada de decisão empresarial na área das finanças. E acredito que ao término desta quarta competência, você, futuro Técnico em Administração, estará habilitado a tomar importantes decisões financeiras dentro de uma empresa ou quem sabe investir em seu próprio negócio. Continuem persistindo até o fim, pois o mercado de trabalho requer profissionais habilitados que possam compreender e acompanhar as constantes mudanças, com uma postura profissional criativa, inovadora e competente. E este profissional pode ser você! Avante?

Esta última competência tem por objetivo analisar a relevância dos indicadores financeiros para tomada de decisões dentro das organizações. Você já ouviu falar em indicadores financeiros? Qual a sua importância? Por esta razão, a seguir vamos abordar os indicadores mais utilizados para medir o desempenho de uma entidade.

4.1 Indicadores Financeiros

Uma das ferramentas utilizadas no diagnóstico de desempenho das empresas é a análise de indicadores financeiros, obtidos através do cálculo de dados fornecidos nas demonstrações contábeis das empresas, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, lembra? Tem por objetivo fornecer informações claras, que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras. Dentro da análise financeira, os indicadores financeiros de uma empresa podem ser agrupados em três categorias: indicadores de estrutura de capital, indicadores de liquidez e indicadores de rentabilidade, dos quais vamos fazer um breve estudo a seguir. Está pronto?



Figura 12- Principais aspectos revelados pelos índices financeiros
Fonte: Matarazzo (2003)

4.1.1 Indicadores Financeiros de Estrutura de Capital

Os indicadores de estrutura de capital servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa decorrentes das origens dos capitais investidos no patrimônio, mostrando a proporção existente entre o capital próprio e o capital de terceiros. São calculados através de valores extraídos do Balanço Patrimonial e pelo fato de avaliar a relação entre os capitais investidos na empresa, quanto menor o índice, melhor.

Os principais indicadores de estrutura de capital são: de participação de capital de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes, que estaremos trabalhando individualmente a seguir.

1) Participação de Capital de Terceiros (%)

Este índice indica o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos. É encontrado pela fórmula:

$$\text{PCT} = (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$$

Este índice relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da



empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Quanto menor a dependência de capital de terceiros, melhor a liquidez da empresa e, assim, menor o seu risco financeiro. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento.

2) Composição do Endividamento (%)

Indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago a curto prazo, isto é, as Obrigações a Curto Prazo comparadas com as obrigações totais. Se a empresa está sendo financiada com recursos de longo prazo, à medida que ela ganha capacidade operacional, espera-se que tenha condições de começar a amortizar suas dívidas. É encontrado pela fórmula:

$$CE = (\text{Passivo Circulante} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) \times 100$$

3) Imobilização do Patrimônio Líquido (%)

Este índice, também conhecido como imobilização do capital próprio, mostra quanto do Patrimônio Líquido foi investido no Ativo Permanente. Deve-se observar que um alto grau de Imobilização pode comprometer a Liquidez da Empresa. Interpretação do Índice: quanto menor, melhor. O Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido é encontrado pela fórmula:

$$\text{Imobilização Do Patrimônio Líquido} = (\text{Ativo Permanente} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$$

4) Imobilização dos Recursos não Correntes (%)

A Imobilização de Recursos não Correntes, especificamente, mostra qual o percentual de recursos não correntes (Patrimônio Líquido e Passivo Exigível a Longo Prazo) foi aplicado no ativo permanente. Quanto menor melhor, já que quanto menos a empresa investe em ativo permanente, mais recursos



próprios sobram para outros investimentos, diminuindo a necessidade de endividamento e do financiamento de terceiros. É encontrado pela fórmula:

$$\text{IRNC} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a longo Prazo}} \times 100$$

Tudo bem quanto aos Índices Financeiros de Estrutura de Capital? Vamos agora para os Índices de Liquidez.

4.1.2 Indicadores de Liquidez

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. Sendo de grande importância para a administração da continuidade da empresa, as variações destes índices devem ser motivos de estudos para os gestores.

As informações para o cálculo destes índices são retiradas unicamente do Balanço patrimonial, demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial da entidade, devendo ser atualizadas constantemente para uma correta análise. Atualmente, quatro índices de liquidez são estudados:

1) Índice de Liquidez Corrente

Calculada a partir da Razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e a as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas, respectivamente, como Ativo Circulante e Passivo Circulante. É encontrado pela fórmula:

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Avaliação:

- Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para uma



O que significa liquidez? Acesse: www.youtube.com/watch?v=THXYAHgc-i-I e saiba a resposta.



possível liquidação das obrigações.

- Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes.
- Se menor que 1: Não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

2) Índice de Liquidez Seca

É simples, igual à liquidez corrente. Exclui-se do cálculo os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações. É encontrado pela fórmula:

$$LS = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$$

3) Índice de Liquidez Geral

Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial. É encontrado pela fórmula:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

4) Índice de Liquidez Imediata

Considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações, excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação



a curto prazo da empresa. São, de maneira geral, interpretados da forma “quanto maior, melhor”. É encontrado pela fórmula:

$$LI = \text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$$

4.1.3 Indicadores de Rentabilidade

Os índices de Rentabilidade medem o quanto uma empresa está sendo lucrativa ou não, por meio dos capitais investidos; o quanto renderam os investimentos e qual o resultado econômico da empresa. O seu conceito analítico é quanto maior, melhor.

1) Taxa de Retorno sobre Investimentos

A taxa de retorno sobre investimentos é calculada dividindo-se o Lucro Líquido pelo Ativo Total. Mostra o quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao Ativo. É uma medida da capacidade da empresa em gerar Lucro Líquido e assim poder capitalizar-se. É encontrado pela fórmula:

$$ROI = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$$

2) Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido é calculada através da divisão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido. Do ponto de vista dos proprietários, a TRPL representa qual é a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa deve ser comparada com outras taxas do mercado, como Caderneta de Poupança, CDBS, Letras de Câmbio, entre outras, podendo avaliar se a rentabilidade da empresa é superior ou inferior a essas opções. É encontrado pela fórmula:

$$ROE = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$$



ROE e ROI, vamos aprender a calcular?
www.youtube.com/watch?v=S_9i_wQKkqc



CONCLUSÃO

A análise por meio de índices financeiros é a ferramenta ideal para se ter o controle mais adequado para as tomadas de decisões nas empresas. Através dos indicadores financeiros é possível comparar uma organização com outras do mesmo segmento e até de segmentos diferentes de mercado (análise cross-sectional), estabelecendo critérios de avaliação do desempenho entre as empresas. Os indicadores também podem ser utilizados para comparar o desempenho da empresa consigo mesma ao longo do tempo (análise de série-temporal), tornando possível a avaliação de melhoria temporal da empresa.

Encerramos o nosso estudo sobre as Finanças Corporativas onde aprendemos que para gerir qualquer tipo de negócio é fundamental a análise, planejamento e controle financeiro para dar segurança tanto ao empreendedor que pretende abrir uma empresa e busca retorno para o capital aplicado nesta empresa como para os negócios que já estão em funcionamento, para que possam crescer em um ritmo acelerado.

Sinta-se à vontade para tirar dúvidas e manter o contato. Continuem perseverando até o final do curso, pois “a persistência é o menor caminho do êxito”. *Charles Chaplin*



Aprenda mais sobre
Gestão Eficaz -
Finanças
empresariais
acessando o link:
[www.youtube.com/
watch?v=HeB7H_IV
Gmw](http://www.youtube.com/watch?v=HeB7H_IVGmw)



REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. – 3. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças corporativas: teoria e prática**. – 2ª edição – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FAGUNDES, Jair Antonio. **A Ciência Contábil e a Contabilidade de Custos**. Disponível em: www.portaladm.adm.br/ANC/anc17.htm. Acesso em 01/10/2013.

FLUXO DE CAIXA. Noções de Administração Financeira. Disponível em: www.fluxo-de-caixa.com/fluxo_de_caixa/financas.htm. Acesso em 05/10/2013.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; **OLIVEIRA**, Luís Martins de; **COSTA**, Rogério Guedes. **Gestão estratégica de custos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Wankes L. **Como calcular a viabilidade de um projeto utilizando técnicas de análise de investimento: Payback Simples, VPL e TIR**. Disponível em: www.wankesleandro.com. Acesso em 10/10/2013.

VASCONCELOS. Yumara Lúcia. **A importância Gerencial da contabilidade de custos**. Disponível em: <http://yvasc.blogspot.com.br/>. Acesso em 05/10/2013.



MINICURRÍCULO DO PROFESSOR

Maria Carolina Dias Morais Silva

Especialista em Gestão Pública Municipal. Graduada em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Exerce cargo comissionado na Prefeitura Municipal do Paulista, desempenhando a função de Chefe do Departamento Financeiro. Ministra Cursos e Palestras sobre Finanças Públicas.

Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4317694750529130>

